

## ATAS ATA nº 17 (dezassete)

MS  
OS  
K

Aos treze dias de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu-se mediante videoconferência (ao abrigo do artigo 5º da Lei número 1-A/2020 de 19 de março, aplicável em geral a todas as pessoas coletivas e por analogia às IPSS, por força do artigo 377-6.b) do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 11º, números 1 e 2 do Código Civil), a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Lisboa, nos termos do artigo 27º, número 1 dos Estatutos, aplicando-se este modelo de reunião devido à atual situação de pandemia e estado de calamidade nacional, que impõe as medidas de prevenção e distanciamento social, designadamente pela resolução do Conselho de Ministros nº 157/2021 de 27 de novembro.-----

A respetiva convocatória foi realizada nos termos do artigo 23º, números 1 a 5, com publicação no Jornal de Notícias e Correio da Manhã (anexos 1 e 2) a 26 de novembro, para além da divulgação através dos meios informáticos habitualmente usados, com a seguinte Ordem de Trabalhos constante na convocatória inicialmente divulgada para a AGE prevista para o Centro de Atividades Ocupacionais Bonny Stilwell (anexo 3):-----

**Ponto Único** – Estatutos – Análise e votação do aperfeiçoamento dos Estatutos da APPACDM de Lisboa, nos termos de Notificação da Direção Geral da Segurança Social de 30-07-2021:-----

- **Artigo 14º** – Órgãos Sociais-----

- número 4 – Substituição do plural “órgãos” pelo singular “órgão”, mantendo o título “Órgãos Sociais”;-----

- número 6 – Integração do disposto no número 3 do artigo 21º-B do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS);-----

- número 7 – Integração do disposto no número 4 do artigo 21-B do EIPSS.-----

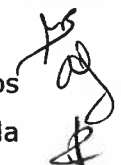
- **Artigo 22º** – Competências-----

- número 1 – Inclusão de uma alínea s) com o disposto na alínea f), do número 1 do artigo 58º do EIPSS.-----

- **Artigo 25º** – Deliberações-----

- número 2 – Integrar a expressão “de pelo menos dois terços dos votos expressos”, conforme nº 3 do artigo 62º do EIPSS; Incluir a referência à alínea s), em coerência com a alteração no número 1 do artigo 22º dos Estatutos.-----

- **Artigo 29º** – Inclusão da alínea m), conforme com o disposto na alínea f) do número 1 do artigo 13º do EIPSS.-----



Presidiu o Presidente da Mesa da Assembleia, o associado João Alberto dos Santos Pavão Nunes, estando também presentes a Vice-presidente da Mesa, a associada Maria Antonieta Tomaz da Fonseca e a Secretária da Mesa, a associada Maria Isabel Macedo da Silva Bento.

Os associados ingressaram na reunião através do *link* da plataforma Zoom previamente facultado, após terem procedido à respetiva inscrição mediante o preenchimento prévio do "formulário de participação", de modo a poder ser validada a respetiva presença.-----

Os trabalhos tiveram início às dezoito horas, nos termos do número 1 do artigo 24º dos Estatutos da APPACDM de Lisboa, com 30 (trinta) associados presentes virtualmente.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o associado João Alberto dos Santos Pavão Nunes, agradeceu a presença dos associados, justificando a opção por via *on-line* devida à situação pandémica. Agradeceu também à associada Ana Maria Silvestre Consiglieri Pedroso o apoio informático prestado para a realização desta reunião, comunicando que se procederia à gravação sonora e de imagem, exclusivamente para redação da presente Ata.-----

Passou à leitura integral da Convocatória para a Assembleia, inicialmente prevista em regime presencial, lendo o ponto único da Ordem de Trabalhos desta AGE, a qual foi submetida à votação e aprovada por unanimidade.-----

Concedida a palavra ao Presidente da Direção, o associado Mário José Santos de Matos explicou que as alterações propostas aos estatutos resultam de recomendação da Segurança Social, conforme documentos com as referências DAJI - Proc. Nº 1181/2003 V4-817-2019 e UDS/NRS- 00138062, de 30JUL2021, apensos à presente ata (anexo 4).-----

Em referência ao aperfeiçoamento do artigo 14, o Presidente da Direção esclareceu ter sido entendimento da direção que a manutenção do título "Órgãos Sociais" com a alteração parcial do texto do seu número 4 de "... um ou mais titulares dos órgãos de administração podem estes, ser remunerados..." para o seu singular, "um ou mais titulares do órgão de administração podem estes, ser remunerados", corresponde mais exatamente ao cumprimento da orientação recebida.-----

Mais informou que os restantes aperfeiçoamentos correspondem às recomendadas transposições das referidas disposições do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, na redação dada pelo Decreto-Lei 172-A/2014 de 14 de novembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 76/2015, de 28 de julho, conforme constante do ponto único da Ordem de Trabalhos.-----

Nos termos acima considerou que conforme redação anexa (anexo 5) se encontra cumprida a recomendação da Segurança Social.-----

O Presidente da Direção acrescentou ter obtido do Gabinete Jurídico que apoia a APPACDM de Lisboa, a validação das alterações introduzidas.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação a proposta de aperfeiçoamento dos estatutos descrita no Ponto Único, na redação do anexo 5, a qual foi aprovado por maioria, com uma abstenção. -----

Posto isto, os artigos mencionados passam a ter a seguinte redação:

**- Artigo 14º (Órgãos Sociais)**

**Número 4** - Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração exija a presença prolongada ou em permanência de um ou mais titulares do órgão de administração, podem estes, ser remunerados, não podendo exceder 4 (quatro) vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS).

**Número 6** - Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante com a atividade da Instituição onde estão inseridos, nem integrar órgãos sociais de entidades conflituantes com os da Instituição ou de participadas desta.

**Número 7** - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe situação conflituante:

a) Se tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transação efetuada;

b) Se obtiver vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.

**- Artigo 22º (Competências)**

**Número 1, alínea s)** - Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por factos praticados no exercício das suas funções;

**- Artigo 25º - (Deliberações)**

**Número 2-** É exigida a maioria qualificada de, pelo menos, dois terços dos votos expressos na aprovação das matérias constantes das alíneas e), h) e p) e s) do art.º 22 destes estatutos;

**- Artigo 29º - (Competências)**

**Alínea m)** - Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Instituição;

E não havendo mais nada a acrescentar, os trabalhos da AGE foram concluídos pelas dezoito horas e doze minutos.-----

Presidente \_\_\_\_\_

Vice-presidente \_\_\_\_\_

Secretária \_\_\_\_\_